



ESTATUTO DA LEI LACEY

PERGUNTAS FREQUENTES SOBRE A PRIMEIRA PROIBIÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA.

1. O que é a Lei Lacey e por que é importante?

Em 22 de Maio de 2008, o congresso americano aprovou uma lei proibindo o comércio ilegal de plantas e produtos derivados — incluindo madeira e outros produtos madeireiros. A nova lei é uma emenda a um estatuto de 100 anos chamado Estatuto Lacey, em homenagem ao senador que defendeu sua instituição. Embora esse estatuto tem sido um dos mecanismos mais poderosos das agências americanas para combater crimes contra a vida silvestre, o seu potencial de combater o comércio ilegal de produtos madeireiros não havia sido testado até hoje. A Lei Lacey estabelece uma medida inovadora no comércio mundial de plantas e produtos derivados, ao reconhecer e apoiar os esforços de outros países a governarem seus próprios recursos naturais, e ao oferecer incentivos às companhias que comercializam esses produtos, a fazerem o mesmo.

2. O que a nova lei Americana faz para combater a exploração ilegal de produtos madeireiros?

Para combater a exploração e o comércio ilegal de produtos madeireiros e de plantas, a Lei Lacey estabelece as seguintes medidas:

1. Proíbi o comércio de plantas e produtos derivados (e.g., móveis, papel, ou tábuas) de origem ilegal, de qualquer Estado dos EUA ou de qualquer país estrangeiro (veja pergunta #3 para saber o significado de “produto de origem ilegal”).
2. Exige que importadores declarem o nome e a origem de todas as espécies de plantas contidas em seus produtos.
3. Estabelece penalidades para violação da lei, incluindo confisco de produtos e recipientes, multas e prisão.

3. O que é ilegal segundo a Lei Lacey?

Há dois componentes no que se considera uma violação à Lei Lacey. Primeiro, para que se constitua como uma planta de origem ilegal, a planta tem que ter sido retirada, colhida, adquirida, transportada, vendida ou exportada em violação à lei de qualquer país estrangeiro ou dos EUA. A abrangência dessa lei está limitada às leis que protegem plantas ou que regulam o seguinte:

1. Roubo de plantas;
2. Retirada de plantas de uma área oficialmente protegida, como por exemplo de uma reserva;
3. Retirada de plantas de outros tipos de “áreas oficialmente designadas” que podem ser criadas através de regulamento e legislação de um país;
4. Retirada de plantas sem a devida autorização;
5. Falta de pagamento dos royalties, impostos ou taxas associadas a colheita, transporte ou comércio; ou
6. Leis que governam a exportação ou transbordo, como por exemplo a proibição da exportação de madeira.

Segundo, uma pessoa ou companhia que comercializa uma planta ilegal dentro dos Estados Unidos ou no comércio estrangeiro — de acordo com a lei, é aquela que “importa, exporta, transporta, vende, recebe, adquirir, ou compra” uma planta ilegal. Isso constitui uma violação à Lei Lacey.

É importante observar que a Lei Lacey não impõe a lei Americana em outros países. O termo “origem ilegal” é definido de acordo com as leis de cada nação. A lei se aplica igualmente a plantas retiradas, exploradas, transportadas, ou exportadas em violação às leis de qualquer um dos 50 Estados americanos.

4. O que deve ser declarado e por que?

A Lei Lacey requer que importadores forneçam uma declaração básica acompanhando cada carregamento de plantas ou produtos derivados. O objetivo dessa declaração é aumentar a transparência do comércio de madeiras e plantas, e permitir que o governo dos EUA implemente melhor as suas leis. A declaração deve conter:

1. o nome científico de qualquer espécie usada,
2. o país de origem,
3. quantidade e medida, e
4. valor.

5. Os requerimentos da declaração se aplicam a todas as plantas e produtos derivados?

Não. Primeiro, a lei tem cláusulas especiais para produtos complexos que normalmente utilizam material de vários países ou espécies. Se o país de origem ou a espécie de uma planta de um determinado carregamento é desconhecida, a lei permite que a declaração contenha o nome provável de cada espécie, e/ou o possível país de origem. Segundo, as declarações de produtos de papel fabricados com fibras recicladas não necessitam apresentar o nome das espécie(s) e a origem do material reciclado. Ao invés disso, é necessário apresentar uma média do percentual do material reciclado, assim como informações sobre a(s) espécie(s) e a origem de qualquer material não-reciclado feito à base de planta, contido no produto. Finalmente, importadores não precisam declarar materiais de embalagem produzidos à base de planta, como papelão ou pálete, a não ser que a embalagem seja o produto de importação. Após dois anos, o governo revisará a implementação dos requerimentos de declaração e o efeito da exclusão dos materiais de embalagem. Baseados nessa revisão, o governo pode implementar regulamentos para reajustar a abrangência dessas três categorias.

6. Quais são os exemplos de violação da Lei Lacey?

- Uma companhia na Califórnia importa um carregamento de madeira para piso de um país X, feito com madeira derrubada sem as permissões necessárias no país Y.
- Um exportador coloca identificação errada propositalmente em um carregamento para os EUA; identificando o mesmo como espécies sem valor comercial para evitar tarifas altas.
- Uma companhia de papel usa polpa resultante de práticas de exploração ilegal de madeira e exporta produtos de papel para os Estados Unidos.
- Um importador de compensados não identifica corretamente o país (ou possíveis países) de origem das espécies importadas.

7. Quais são as penalidades segundo a Lei Lacey para o comércio ilegal ou a apresentação de declarações falsas?

As penalidades civis e criminais da Lei Lacey variam de acordo com o grau de conhecimento do crime por parte da companhia ou indivíduo, assim como o valor do produto ou carregamento em questão.

8. O que constitui uma “planta” de acordo com a Lei Lacey?

Uma planta, segundo definição da lei, inclui qualquer parte ou produto derivado de qualquer membro do reino vegetal, incluindo árvores exploradas de plantações. Incluindo todos os produtos madeireiros, como papel, móveis, cabos de ferramentas, ou certos tipos de tecidos. Com as seguintes exceções:

- Plantas vivas ou outras plantas destinadas ao replantio, a menos que elas estejam listadas no CITES, ESA ou em uma lista de espécies em perigo de extinção.

- Espécies científicas a serem utilizadas somente para pesquisa, a menos que elas estejam listadas no CITES, ESA ou em uma lista de espécies em perigo de extinção.
- Alimentos cultivados e outros cultivos como milho, algodão, flores de corte.
- Somente materiais usados como embalagem (e.g. pálete, papelão) estão excluídos dos requerimentos de declaração.

9. Que tipos de práticas constituem os “devidos cuidados?” O que uma companhia deve fazer para se proteger ou proteger seus parceiros de negócios de problemas com a Lei Lacey?

Devido cuidado é um conceito flexível que foi desenvolvido ao longo dos anos pelo sistema legal dos EUA. Devido cuidado significa “o nível de cuidado que uma pessoa prudente exerce em uma mesma circunstância ou em circunstâncias similares. Como resultado, devidos cuidados se aplicam de maneira diferente a diferentes categorias de pessoas, com vários níveis de conhecimento e responsabilidade” [Relatório do Congresso 97-123]. Devido a falta de certeza sobre como a justiça vê os devidos cuidados em relação as novas disposições legais que incluem plantas, seria prudente que as companhias que lidam com florestas e produtos de papel utilizem as várias ferramentas, tecnologias e recursos disponíveis para acessar e eliminar a madeira ilegal da longa e complicada rede de fornecedores. Essas medidas podem incluir código de barra ou outros sistemas de rastreamento, verificação legal, certificação através de terceiros, programas *stepwise* oferecidos por várias organizações, e outros modelos inovadores de parceria pública-privada..

10. Como as novas disposições da Lei Lacey serão implementadas pelo governo dos EUA?

O Serviço de Pesca e Vida Silvestre (FWS) do Departamento do Interior dos Estados Unidos, com uma longa experiência investigando casos de contrabando e importação de vida silvestre, e o Serviço de Inspeção de Saúde de Plantas e Animais (APHIS) do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que é tradicionalmente responsável pela importação de plantas, exercerão papéis importantes no processo de declarações alfandegárias e investigação de casos de importação de madeira ilegal. O Departamento de Segurança Nacional, que controla a alfândega dos Estados Unidos e monitora as fronteiras através do setor de Alfândega e Proteção das Fronteiras, apoiará esse trabalho. Se inspetores federais descobrem ou recebem evidência de atividade criminal, uma investigação detalhada será realizada. Se existir evidência suficiente de que o produto é ilegal, o carregamento poderá ser apreendido. A partir desse momento, o caso poderá ser encaminhado para o Departamento de Justiça e/ou o procedimento de confisco se iniciará.

11. COMO ESSA LEI SURTIU?

Há alguns anos, especialistas vêm discutindo a omissão da categoria “planta” na Lei Lacey. Ao mesmo tempo, os impactos devastadores da exploração e comércio ilegal de madeira para as comunidades locais, ecossistemas e governança dos países em desenvolvimento têm sido documentados cada vez melhor. Com o reconhecimento que a emenda à Lei Lacey seria uma medida eficiente para abordar esses problemas, a proposta foi apresentada ao Congresso dos EUA em 2007 pelos Senadores Earl Blumenauer e Ron Wyden, ambos de Oregon. Uma coalizão de ambientalistas, indústrias, e de grupos de trabalhadores apoiaram esse projeto de lei, reconhecendo a necessidade do maior mercado consumidor do mundo de tomar iniciativa para frear a importação de plantas e produtos madeireiros ilegais.

12. Como a Lei Lacey é diferente de outras leis e políticas já existentes em países consumidores?

Mesmo tendo raiz na mesma idéia de redução da demanda por produtos madeireiros ilegais, a Lei Lacey é diferente dos esquemas nacionais de países europeus ou de outros países. A Lei Lacey estabelece um princípio legal básico – é proibido comercializar produtos de origem ilegal no solo dos EUA – e espera que o setor privado obedeça essa lei da melhor maneira possível. Em outras palavras, a companhia não está requerida a seguir um padrão específico de documentação legal e diligência – e, ao contrário, nenhum documento oferece uma garantia de legalidade de 100%.

Agindo “conscientemente” com conduta proibida		Comércio de madeira ilegal	Multa por crime doloso (de até \$500,000 para corporações, \$250,000 para indivíduos, ou o dobro do máximo de ganho/perda da transação). Possível prisão por até cinco anos. Con- fisco dos produtos.
		Declaração de importação falsa	Multa por crime doloso como mencionado acima, ou penalidade civil de no máximo \$10,000. Possível prisão por até cinco anos. Confisco do(s) produto(s).
Agindo “inconscientemente” com conduta proibida	Não tomou os devidos cuidados	Comércio de madeira ilegal	Multa por delinquência (de até \$200,000 para companhias, \$100,000 para indivíduos, ou o dobro do máximo de ganho/perda da transação). Possível prisão por até um ano ou multa por penalidade civil de até \$10,000. Confisco do(s) produto(s).
		Declaração de importação falsa	Multa por penalidade civil de \$250. Possível confisco do (s) produto(s)
	Tomou os devidos cuidados	Comércio de madeira ilegal	Confisco do (s) produto(s)
		Declaração de importação falsa	Multa por penalidade civil de \$250. Possível confisco do (s) produto(s)

QUEM APOIOU A EMENDA DA LEI LACEY?

- American Forest & Paper Association
- American Home Furnishings Alliance
- Amazon Watch
- Center for International Environmental Law
- Conservation International
- Defenders of Wildlife
- Dogwood Alliance
- Environmental Investigation Agency
- ForestEthics
- Friends of the Earth
- Global Witness
- Greenpeace
- Hardwood Federation
- International Brotherhood of Teamsters
- International Wood Products Association
- Lowe's Home Improvement
- National Association of Home Builders
- National Lumber and Building Material Dealers Association
- National Marine Manufacturers Association
- National Wildlife Federation
- Natural Resources Defense Council
- Rainforest Action Network
- Rainforest Alliance
- Sierra Club
- Society of American Foresters
- Sustainable Furniture Council
- The Nature Conservancy
- Tropical Forest Trust
- United Steelworkers
- Wildlife Conservation Society
- World Wildlife Fund

13. Quando as disposições da Lei Lacey entrarão em efeito?

As disposições da Lei Lacey já estão em efeito desde 22 de Maio de 2008. Os importadores serão requeridos a fornecer documentos de declaração a partir de 15 de Dezembro de 2008. Maiores informações sobre esse processo serão disponíveis pelo governo dos EUA.

14. Onde se pode encontrar mais informações sobre as disposições da Lei Lacey?

O governo dos EUA está produzindo materiais para orientar companhias que estão tentando cumprir com a Lei Lacey. Para ler o texto completo da nova lei e muitas outras informações, visite www.eia-global.org/lacey.

Esse documento é somente para uso informativo. Pessoas procurando orientação legal sobre o cumprimento da Lei Lacey devem consultar um profissional da área legal.

©Agência de Investigação Ambiental 2009. Está proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou sistema, dessa publicação sem permissão prévia e escrita da Agência de Investigação Ambiental, Inc

